

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO PELO EXECUTIVO MUNICIPAL DAS METAS FISCAIS DO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO ANO DE DOIS MIL E VINTE À COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO.

Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, às dez horas no Plenário Vereador Marcílio Periotto da Câmara Municipal de Mandaguaçu, Estado do Paraná, atendendo Edital de Chamamento para a realização de Audiência Pública na qual o Poder Executivo Municipal demonstrará o cumprimento de suas metas fiscais do Primeiro Quadrimestre do ano de dois mil e vinte, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal. Iniciou a sessão o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, cumprimentando a todos e convidando os demais membros da comissão para tomarem lugar à mesa. Convidou também o Prefeito Srº Maurício Aparecido da Silva, e o Secretário de Fazenda Srº Cleison Moreira de Souza. Passou-se então a palavra ao Prefeito, Sr. Maurício, que cumprimentou a população, os secretários, vereadores, e as demais autoridades presentes. Destacou a presença do presidente da associação de bairros do Jd. Catuaí e do Jd. Mônaco. Terminados os cumprimentos, passou a explicar que acabaram de realizar a Audiência Pública da Saúde, onde foram apresentados os avanços na informatização das UBS do município. Que estão ampliando o sistema de Médicos da Família. Que no dia seguinte irá conversar com o diretor do Hospital Metropolitano de Mandaguaçu, para ver a possibilidade de uso de uma parte dos fundos do prédio, para talvez, fazer o isolamento dos agravos respiratórios. Que também é importante frisar, que o recurso de dois milhões e novecentos mil Reais que virão do Governo Federal para os municípios ainda não foi liberado. Que embora seja obrigatório o investimento mínimo de 15% dos recursos municipais em saúde, nosso município investiu 36%, o que é explicado pelas muitas ações e variáveis, inclusive pela queda na arrecadação. Que o recurso que virá será suficiente somente para complementar aquilo que deixou de entrar em recursos previstos no período (IPTU e outros impostos). Explicou que o momento é muito delicado para a administração, por se tratar de final de mandato, requerendo uma firmeza muito maior com os gastos para manter, pelo menos a manutenção das atividades. Passou a palavra ao Srº Cleison Moreira de Souza, que cumprimentou os presentes e passou a explicar que vivemos um momento incomum. Que se levarmos em consideração a questão de saúde e a crise financeira, que estamos vivendo à margem dela, que estão ali para cumprir um protocolo do qual estão dispensados por força do Decreto de Calamidade Pública, da própria LRF, e da Lei 173/2020, do Governo Federal, mas que para aumentar a transparência sobre aquilo que o Executivo está fazendo, optaram por realizar a Audiência Pública. Destacou algumas ações que foram feitas em decorrência do combate à pandemia, que impactaram diretamente nos resultados desse 1º quadrimestre, como por exemplo, o Decreto 7258/20, que prorrogou o vencimento do IPTU para 10 de julho de 2020. Também foi aprovada a Lei 2132/20 que prorroga por 90 dias o recolhimento de ISS, o pagamento de tributos municipais, a emissão e cobrança de alvarás de funcionamento, seguindo o que já faziam a União e o Estado, com proporcionais incentivos para que as empresas e a população pudessem ter um fôlego financeiro, haja visto, que a população precisou ficar em casa, e as empresas precisaram ficar fechadas. Que as medidas impactam no financeiro

do Executivo, mas que também trazem alívio, humanamente e financeiramente falando, para a população. Que os administradores, além de olharem para toda a legislação, também olham a população. Que essa é a forma de fazer política. Que foi emitido um decreto, para que possa ser suspensa a cobrança do empréstimo consignado dos funcionários por 90 dias. Passou então a fazer, a apresentação do Relatório do Cumprimento das Metas Fiscais relativos ao 1º Quadrimestre de 2020. Explicou que, considerando as Receitas previstas de todas as Fontes, observou-se que de um valor previsto de R\$77.735.636,50 em valores consolidados do Executivo e Fundo de Previdência, foi realizado um total de R\$20.702.793,54 correspondente a 26,63% da Receita Prevista para o exercício de 2020. Explicou que para efeito de comparação, no 1º Quadrimestre do exercício anterior (2019), atingiu-se 30,7% da Receita Prevista, e agora só 26,63%, e que essa queda é reflexo das diversas medidas de prorrogação de prazos para recolhimento de tributos, tanto federais como estaduais. Demonstrou que a Despesa Liquidada de janeiro a abril atingiu o montante de R\$ R\$18.314.226,28, mantendo-se como despesa mais representativa as de Pessoal e Encargos Sociais. Destacou que no exercício foi repassado ao Poder Legislativo Municipal, através de interferência financeira, o montante de R\$769.435,32, que somado ao valor liquidado, totaliza R\$19.083.661,60. Chegando-se a um Superávit Orçamentário de R\$1.619.131,94. Explicou que a implantação do atendimento 24 horas no final de 2019 veio a impactar o resultado do 1º quadrimestre de 2020. Que também houve o aumento de despesas com previdência devido à reforma da previdência aprovada no final de 2019. Que agora o município ficou responsável por despesas que antes eram do Fundo de Previdência, como salário maternidade e auxílio doença, na ordem de valores entre 40.000,00 e 50.000,00 mensais. Que o Resultado Primário de janeiro a abril, face à efetiva receita e despesa liquidadas, fechou positivamente em R\$ 2.939.674,87. Que o Resultado Nominal importou em R\$ 3.588.854,99. Apresentou os índices alcançados no exercício, sendo que o de Gasto com Pessoal ficou em 49,15% no valor de R\$ 32.765.857,33, sendo o limite máximo de 54,00%. O Total de Garantias foi de 0% sendo o Limite Definido pelo Senado Federal de 22,00%. As Operações de Crédito Internas e Externas foi de 0%, assim como as Operações de Crédito por Antecipação da Receita que também ficou em 0%. O Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas é de 16,00% da Receita Corrente Líquida e o Limite Definido pelo Senado para Operação de Crédito por Antecipação da Receita é de 7,00%. Quanto aos gastos com Saúde, considerando as despesas realizadas por todas as fontes, aplicou-se um valor de R\$ 6.127.213,42 sendo que foram aplicados recursos próprios um total de R\$5.979.395,40 correspondentes a 36,92% da receita própria, sendo que a obrigação legal seria de investir no mínimo 15%. O gasto com Educação ficou em 20,7%, ou seja, abaixo do mínimo constitucional de 25%. Lembrou que esse limite foi suspenso devido ao estado de calamidade pública e que o investimento também ficou menor pelo fato das aulas presenciais estarem suspensas, o que diminui os gastos com transporte, merenda e manutenção da Educação. Assim a despesa com Educação diminuiu enquanto a com Saúde aumentou, atendendo à necessidade do momento de enfrentamento à pandemia. Já o índice de gastos relativos aos Recursos do Fundeb, ficaram em 43,98%, investidos diretamente na remuneração do pessoal de magistério, onde o mínimo exigido é de 60%. Ficando a queda no investimento justificada

pelas situações já explanadas. Que o Decreto de Calamidade Pública é o que ampara o não atingimento dos índices mínimos exigidos normalmente. Conforme demonstrado nos registros contábeis, o ativo financeiro está assim constituído: disponibilidades financeiras em R\$ 11.114.376,51. Restos a pagar em 31/12/2019, Pagamentos, Inscrições e Saldos em 30/04/2020, sendo os restos a pagar processados tendo o saldo de R\$ 866.267,66. Pagos em 2020, R\$412.217,93. Para os restos a pagar não processados, se obteve o saldo de R\$2.129.732,10, onde foram pagos R\$617.831,57. Tendo um saldo a pagar R\$1.965.950,26. Ressaltou que muitos dos valores lançados em restos a pagar são oriundos de convênios onde os recursos já haviam sido depositados, mas que os pagamentos não puderam ser feitos dentro do período por aguardarem as vistorias que dariam as liberações para prosseguir com os pagamentos. Finalizando a leitura do relatório, destacou que de janeiro a abril de 2020, registrou-se superávit orçamentário, financeiro, taxas positivas nos resultados nominal e primário, assim como mantiveram-se os índices equilibrados nos demais limites legais, portanto, os números apurados apontam para o Cumprimento das Metas estabelecidas e para a manutenção do Equilíbrio Fiscal. Antes de devolver a palavra, aproveitou para explicar sobre o provável repasse de R\$2.900.000,00 citado pelo Prefeito, e que na verdade seria de R\$2.600.000,00, referente ao Auxílio Emergencial aos Estados e Municípios, e que o Presidente da República sancionou no dia 27, a Lei 173/2020, apresentando valores de repasse direto e indireto, o que gerou essa diferença nos números. Que embora a lei fale de repasses para Saúde e Social, a maior parte do recurso é destinada à recomposição da perda de recursos federais, como o repasse do FPM (Fundo de Participação dos Municípios). Que a legislação agora também permite a suspensão de repasses patronais ao Fundo de Previdência, o que ainda terá sua viabilidade estudada. Finalizando, colocou-se à disposição para atender quem ainda tiver dúvidas. Retomou a palavra o Presidente da Comissão abrindo o microfone para os demais membros da Comissão de Finanças e Orçamento, e aos senhores vereadores presentes. Pediu a palavra o Ver. Gustavo Saes, perguntando se o projeto de lei aprovado em abril de 2020 dando a reposição dos salários do magistério impactaria positivamente o índice do Fundeb. O Sr. Cleison informou que sim. Que inclusive impacta no índice de 60% e de 25%. Pediu a palavra o Ver. Manoel Monteiro, que questionou se esses 3 milhões de reais não fazem parte de um recurso pleiteado junto a deputado para investimentos no Parque Industrial Carmelino. Tomou a palavra o Sr. Prefeito, que explicou que o recurso para o Parque Industrial que ficou sendo aguardado por 16 anos. E que o município conquistou R\$3.200.000,00, sendo os 200 mil reais em dinheiro. Recursos para executar galerias pluviais; Fornecimento de água potável; Energia elétrica e pavimentação. Mas que os 3 milhões de reais não era suficiente. Que o município fez um convênio com o Instituto de Águas, para mais quase 1 milhão de reais em tubos. Chegando a quase 4 milhões para serem investidos no Parque Industrial. Que esses recursos são pagos da seguinte forma: o recurso não chega diretamente ao município. O recurso continua no Estado. Autoriza-se a licitação e a empresa vencedora vai executando as obras. Conforme são feitas as medições, os recursos vão sendo repassados de forma fragmentada. Nesse momento o município se encontra praticamente com as galerias pluviais terminadas e fazendo a base para o asfalto. Pediu novamente a palavra o Ver. Manoel Monteiro, que disse estar

tendo dificuldades para entender, pois lembrava-se de uma reunião onde foi falado de R\$3.200.000,00 através da Deputada Maria Vitória, e depois de outra reunião onde foi falado de R\$1.200.000,00 através do Dep. Tiago Amaral. Que se esses recursos vieram como emenda parlamentar, o município teria que pagar por eles ? Retomou a palavra o Sr. Prefeito, explicando que esse recurso é a Fundo Perdido. Que embora o município não precise devolver, ele tem que dar uma porcentagem em contra-partida. Lembrou que realmente esse tema vem desde a reunião na Chácara Bambú, num momento de transição entre o Governador Beto Richa e a Governadora Cida Borgetti, onde foi oportuno pedir recursos, quando houve a promessa de mais recursos para nosso município. Ocorre que quando assumiu o novo Governador Ratinho Júnior, fomos informados que não teriam dinheiro para fazer frente a essas promessas. O prefeito também contou, que vendo a possibilidade de perder os recursos em definitivo, passaram a "correr atrás do dinheiro", precisando de uma nova gestão e de outros deputados para tentar segurar esse recurso. Que deram início a obra mesmo sem ter recebido os recursos, apresentando assim o argumento de que realmente seria executada. Que todos os recursos provenientes desses aproximadamente 4 milhões de reais estão vindo de forma indireta para o município. Retomou a palavra o Presidente da Comissão, que abriu a palavra aos demais presentes em plenário. Esclarecidas as dúvidas expostas, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento declarou que, diante da demonstração realizada, considerou legalmente cumpridas as exigências da Lei Complementar número 101/2000 referentes ao primeiro quadrimestre de dois mil e vinte, e como não havia mais nada a tratar, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a presente audiência pública, determinando a lavratura da competente ata e o recolhimento da lista de presença.

Emofani... *[Signature]* *[Signature]* *[Signature]*
[Signature]
[Signature]
[Signature]

LISTA DE PRESENÇA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2020, ÀS 10H, NO PLENÁRIO VEREADOR MARCÍLIO PERIOTTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU, EM CUMPRIMENTO AO § 4º DO ARTIGO 9º DA LEI COMPLEMENTAR Nº101/2000 (LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL) PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO PELO EXECUTIVO MUNICIPAL DAS METAS FISCAIS DO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO ANO DE 2020.

1	Nateronia Tarkan Camillo Casarotto
2	Renardo Mendes Botelho
3	Camille Lima Cardoso Lacin
4	Cleyson Moreira de Souza
5	Rosani Sanchez
6	Raul Gallo
7	Antonio Rocha de Oliveira
8	Vanildo Petim de Oliveira Gomes
9	Guilao P. SUES
10	DIEGO BEZERRA DE SOUZA
11	ELIAS ESTEVAM DE SOUZA
12	Justino Amaral.
13	Karissa Elias
14	Antonio ALESSANDRO TASSI MANSANO
15	Odiano Bauer da Silva
16	Rafael Eugênio Leite Chaves
17	Manuel Mantua V. Soares
18	Israel Marcelo Derofini Derador
19	
20	
21	
22	